



GT 06. Antropologia da Economia

Coordenador(es):

Arlei Sander Damo (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Gustavo Gomes Onto (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1

Debatedor/a: Lúcia Helena Alves Müller (PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Desde o nascimento da nossa disciplina os intercâmbios de objetos e riquezas, mediados ou não pelo dinheiro, as formas de valoração e de provimento das condições materiais de continuidade da vida foram objeto de descrição e interpretação a partir dos modos de vida dos “outros”. As teorias econômicas já tinham grande importância nas sociedades a partir das quais surgiu a antropologia e, nas últimas décadas, se tornaram uma verdadeira linguagem global. A importância dos especialistas, sejam acadêmicos ou gestores governamentais, nunca foi tão grande, tendo esses um papel preeminente no desenho de políticas de larga escala. Economia, portanto, concerne a uma multiplicidade de objetos, temas e possibilidades de abordagem que implicam, sempre, o questionamento sobre a própria definição sobre o que seja “a economia” ou que caracterize algo – prática, teoria – como “econômico”. A Antropologia da Economia vem ganhando novo fôlego no país, com a organização de diversos eventos e publicações acadêmicos voltados a essa área de estudos. O objetivo do GT é propiciar um espaço dedicado a colocar em diálogo trabalhos que possibilitem explorar a multiplicidade de sentidos da economia, as diversas escalas de observação que ela permite e provoca e as ambiguidades e misturas que colocam em questão as fronteiras e limites do econômico, como a relação com as práticas familiares, a intimidade, a religião, o consumo, a dívida, as moralidades, o Estado e assim por diante.

Entre desenvolvimento sustentável e extrativismo: disputas e alianças numa terra indígena no norte do Brasil

Autoria: Tainá Scartezini Orssatto (USP - Universidade de São Paulo)

Nesta apresentação, procuro refletir sobre algumas questões pertinentes à minha pesquisa de mestrado, cujo projeto se chama “Nas pegadas do carbono: parentesco e (neo)extrativismo entre os Paiter-Suruí?”. Nela, tomo como objeto de análise a implementação e suspensão de uma parceria entre o referido povo indígena, a Google Earth e três organizações não-governamentais (Forest Trends, Idesam e Funbio) para venda de créditos de carbono via REDD+ [Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal e o Papel da Conservação, do Manejo Sustentável das Florestas e do Aumento Estoques de Carbono em Países em Desenvolvimento] no âmbito do “Projeto Carbono Florestal Suruí?”. Assim, procuro observar como o projeto se insere no contexto econômico da região, em especial no que tange suas relações com as atividades madeireira e mineradora dentro da terra indígena (TI), dado que foi encerrado no final de 2018 em virtude da presença de garimpo ilegal na TI Sete de Setembro. Além disso, interesse-me pelo modo como as relações tradicionais de parentesco suruí se encaixam neste contexto, uma vez que a execução do projeto mobilizou disputas internas à comunidade que reatualizam uma rivalidade mítico-histórica entre o clã Gamep. De um lado, está o chefe Almir, responsável por encabeçar a formulação do projeto de venda de créditos de carbono e líder da Associação Metareilá, e, de outro, está Henrique, favorável à presença de madeireiras na terra Sete de Setembro. Indago, portanto, como as relações tradicionais de parentesco suruí se articularam com as relações capitalistas extrativistas e neoextrativistas no contexto das mudanças climáticas, considerando que a regulação do mercado de carbono depende de uma série de acordos internacionais, a exemplo do Acordo



de Paris e do Protocolo de Quioto, os quais são fruto de agendas políticas e econômicas que visam dar respostas às mudanças climáticas.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: